

agosto de 1993

Indexação

com moedas imaginárias

GAZETA MERCANTIL

por Claudia de Souza
de São Paulo

O diretor da área econômica do Bundesbank, Reinhard Krönig, que está em São Paulo a convite da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, discorda da tese de que um país como o Brasil deveria passar por uma hiperinflação semelhante ao descontrole monetário e institucional por que passou a Alemanha em 1923 e logo após a II Grande Guerra para que se decida de vez a estabilizar sua economia.

"Antes de aceitar essa idéia, é preciso refletir sobre os custos da inflação alta. Qualquer empresa ou família já deve passar hoje um tempo imenso procurando maneiras de se proteger, enquanto o governo cria moedas imaginárias para manter a indexação. Isto sem falar nos custos não imediatos, de piora da distribuição da renda e do patrimônio", diz o funcionário do Bundesbank, apontando para o que vê como a principal diferença entre os períodos hiperinflacionários vividos pelos alemães e a inflação brasileira.

"Não houve na Alemanha aviso ou proteção e o

processo foi estancado com sucesso antes que as pessoas, como aconteceu na América Latina, tivessem tido tempo de se acostumar com a inflação alta e garantir seu patrimônio contra ela. Este acostumar-se é trágico porque quanto mais o tempo passa menor é a aceitação do ajuste."

É claro que no caso alemão a total ruína econômica após a II Guerra criou a disponibilidade de todos para acertar o pacto alemão de preços e salários, no âmbito da economia social de mercado forjada nas últimas décadas, que dura até hoje. Disponibilidade que os brasileiros vêm tentando encontrar com as sucessivas tentativas de acordo entre empresários, governo e trabalhadores dos últimos anos.

Na hiperinflação de 1923, a disposição dos alemães de aceitar o ajuste veio, como lembra o especialista, depois de terem experimentado o fracasso da intervenção governamental da República de Weimar: um curto período marcado por crises sucessivas — de desemprego, falências e contração da economia —

(Continua na página 3)

Indexação com moedas imaginárias

GAZETA MERCANTIL

por Claudia de Souza
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

a que o governo, sem um programa global de política econômica, passou a responder de forma tópica, ora com um plano contra o desemprego, ora acertando um socorro financeiro a esta ou àquela empresa, ora atendendo aos funcionários públicos submetidos à penúria.

Krönig desconhece as idéias de planos de estabilização para a realidade brasileira desenvolvidas nos últimos anos, mas sabe que, a exemplo da Argentina, que considera uma boa experiência, o Brasil poderá optar por algum mecanismo envolvendo a moeda. Para ele, não é meramente com truques técnicos que se consegue formular com sucesso uma política de estabilização. São necessárias medidas duras que, uma vez decididas, devem ser aplicadas sem hesitação porque quanto mais depressa se faz o ajuste mais fácil será conquistar a credibilidade e a aceitação das medidas.

"Quando se fala na perda de credibilidade do Estado no campo monetário, não se pode esquecer que esta falta de confiança vai além e sempre se espalha para outros campos. É impossível dissociar a desconfiança na moeda da desconfiança no sistema tributário, na segurança social, no Estado como um todo", comenta. Para Krönig, a receita para estancar a maior inflação do mundo contemporâneo é antiga e difícil. É necessário ordenar o Estado, garantindo que as decisões de investimento sejam facilitadas por instituições políticas e jurídicas transparentes, compreensíveis e duradouras; deve-se garantir o mecanismo de mercado, instaurando a concorrência no mercado interno e expondo o País à concorrência internacional; o Estado deve retrair-se da atividade econômica, que deve ser controlada por um mínimo de regulamentação.

O Banco Central deve ser independente, embora só isso não baste. É importante que as autoridades monetárias não se pautem pelas pressões da conjuntura e estejam proibidas de fornecer créditos ao governo. "Mas trata-se de uma cooperação, não de um conflito. Se o governo é consciente, a moeda será estável", diz.

Ele chama a atenção para a importância de manter em xeque os orçamentos paralelos e de estender o controle fiscal aos estados e municípios. As estatais deficitárias e o acesso irrestrito do Estado ao sistema financeiro privado precisam ser evitados.

Mesmo a Treuhand — a companhia estatal responsável pela privatização na parte Oriental da Alemanha — precisa agora, na opinião do funcionário do Bundesbank, ser colocada sob controle. Formada em outubro de 1990, ela passou a funcionar em março de 1991.

Desde então, 10 mil das 12 mil empresas do Leste alemão foram privatizadas, num processo drástico, apoiado no consenso entre os alemães de que este era o caminho mais rápido para a reunificação e deve ser, na opinião de Krönig, parte essencial de qualquer programa de estabilização.

Krönig reconhece que a austeridade fiscal é uma exigência que até a Alemanha de hoje, com um déficit orçamentário em torno dos 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) — comparado com 4,5% dos Estados Unidos —, acha difícil colocar em prática. "Sempre há dificuldades políticas, como é o caso agora na Alemanha, onde vemos uma tirania do 'status quo' e ninguém está disposto a perder nada por conta da reunificação ou da recessão econômica e a inércia é apoiada mesmo pelos partidos políticos. Mas também não é o caso de capitular", argumenta, lembrando, em alemão, que é preciso "saber furar as tábuas grossas".